

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 489 - Brasília, terça-feira, 24 de junho de 1997

*O presidente do Senado anunciou ontem a Lei Geral das Telecomunicações, regulamentando a quebra do monopólio estatal, como uma das matérias importantes a serem votadas durante o período extraordinário*

## “Lei das Teles” vai a exame durante convocação de julho

NESTA EDIÇÃO

### 1 Ex-prefeito de Campinas depõe na CPI dos Precatórios

Edivaldo Orsi explica hoje na comissão as emissões de títulos realizadas em 1996, quando estava na prefeitura de Campinas. No relatório preliminar, ele é acusado de ter sido ajudado por Wagner Ramos. **Página 3**

### 2 Suassuna convoca comissão para examinar a LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna, convocou para esta tarde reunião para apreciar o parecer e o substitutivo do relator ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. **Página 2**



**A**ntonio Carlos Magalhães informou que a Lei Geral das Telecomunicações, que chegou ontem ao Senado depois de aprovada na Câmara, será uma das matérias votadas mês que vem. O presidente do Senado mantém a expectativa de receber até sexta-feira a mensagem de Fernando Henrique Cardoso convocando o Congresso. Ele assegurou, também, o funcionamento normal das CPIs e o prosseguimento das sindicâncias durante a convocação extraordinária. **Página 5**

## Beni Veras preserva essência da proposta para a Previdência

O relator da reforma da Previdência, Beni Veras, manifestou ontem a intenção de aproveitar apenas “algumas emendas menores” entre as apresentadas. Ele leu todas as 170 e acolherá as que aperfeiçoam o texto sem modificá-lo substancialmente. Beni Veras disse também que entre os temas mais abordados estão a paridade entre ativos e inativos e a aposentadoria especial de professores. “Os aspectos principais do meu trabalho serão mantidos”, afirmou o relator na esperança de garantir a essência do substitutivo. **Página 4**



O senador Beni Veras promete o parecer sobre as emendas tão logo comecem os trabalhos extraordinários

O substitutivo do relator, Sarney Filho, ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamento. A intenção da presidência é votar pelo menos o corpo da proposta, deixando os destaques para reuniões posteriores

# Suassuna põe hoje LDO em votação

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do \*PLC nº 114/95, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos; e do \*PLC nº 45/96, que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (permissão para que o empregado deixe de comparecer ao serviço se estiver prestando vestibular).

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Exposição do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** 1ª parte: Apreciação das seguintes matérias: \*PLC nº 71/96 (não terminativo), que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual; \*Mensagem nº 109/97 (não terminativa), que submete à apreciação do Senado Federal o contrato celebrado em 10.06.97 entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; \*Ofício nº 100/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura municipal de Coronel Bastos (RS) para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61 mil 355, destinada à construção de unidades habitacionais.

2ª parte: Exposição do ministro extraordinário de Política Fundiária, acerca da instrução do PLS nº 25/97, que cria o Fundo de Terras e apreciação do citado PLS, em caráter não terminativo.

### ESPECIAL

#### 15h - Seminário: Mercosul; Introdução e novos desenvolvimentos

**Pauta:** Palestra: Mercosul: desdobramentos e perspectivas. Expositor: chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, ministro Renato Marques. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

#### 17h - CPI dos Precatórios

**Pauta:** Exposição do ex-prefeito de Campinas - SP, Edivaldo Orsi. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1550-40/97, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1553-16/97, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas ao aumento de capital do Banco do Brasil S.A. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1555-11/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - MP nº 1556-11/97, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

#### Quarta-feira (25.06.97)

#### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 204/93, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre repouso semanal remunerado; \*Projeto de Resolução nº 42/97, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos gabinetes do Senado Federal (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 119/95); e \*Projeto de Resolução nº 119/95, que dispõe sobre os gabinetes dos senadores.

#### Quinta-feira (26.06.97)

11h - Sessão especial em homenagem à memória do orador e escritor Padre Antônio Vieira, pela passagem dos 300 anos de sua morte, a completar-se dia 18 de julho.

#### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 1/97, que altera dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; e \*PLS nº 157/96 - complementar, que veda a contratação por estes públicos dos serviços que menciona.

#### Sexta-feira (27.06.97)

#### 9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

#### Quarta-feira (25.06.97)

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; \*PLS nº 310/95, que altera dispositivos da Lei nº 9.112/95, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados; \*PLS nº 11/96, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas; \*PLS nº 119/96, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e \*PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convocou para hoje, às 15h, reunião destinada a apreciar o parecer e o substitutivo do relator, deputado Sarney Filho (PFL-MA), ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A intenção de Suassuna é votar hoje pelo menos o corpo do substitutivo, deixando para reuniões posteriores a apreciação de destaques para votação em separado.

A proposta do governo recebeu 1.560 emendas parlamentares, sendo que 1.399 delas visam a modificações no texto do projeto e 161 no Anexo de Prioridades e Metas. Conforme o parecer do relator, 720 emendas ao texto foram aprovadas total ou parcialmente, quatro foram consideradas prejudicadas e 675 rejeitadas. Do total de emendas ao Anexo, 114 foram aprovadas, 51 delas parcialmente.

Quanto à inclusão, na proposta orçamentária, de obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o relator propôs que o TCU envie à comissão mista, até 30 de setembro de 1997, dois demonstrativos: um listando as obras em execução, com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades; o outro deverá conter informações gerenciais sobre a execução físico-financeira de subprojetos considerados relevantes.

Segundo o parecer do relator, a proposta de LDO encaminhada pelo Executivo não contempla a inclusão, no projeto de lei que fixa o Orçamento da União, de "alguns demonstrativos reiteradamente incluídos no projeto de LDO e posteriormente vetados pelo Poder Executivo".

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Director-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Director da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Director de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Director do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Director da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
Editores - Djailma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Prefeitura do interior de São Paulo é citada em relatório do senador Requião, com base em informações do Tribunal de Contas paulista, por ter "gasto recursos financeiros em aplicações distintas dos precatórios pendentes de pagamento"

# CPI ouve hoje ex-prefeito de Campinas



PSDB cresce mas perde em qualidade, adverte Jefferson

## Jefferson sugere ao PSDB que faça uma autocrítica

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) advertiu ontem que o PSDB "aumentou quantitativamente e perdeu em qualidade ao admitir um político baiano" em seus quadros há dez dias. Sem nominar esse político, Jefferson considerou que seu ingresso no PSDB deveria ter merecido melhor avaliação da direção nacional partidária. "Ainda tenho na retina a imagem do atropelamento de um repórter e há outros fatos na biografia dele que não recomendariam seu ingresso", acrescentou.

- O PSDB não precisa ser um convento de noviças, mas não posso admitir a falta de crivo e critério na admissão de novos quadros - afirmou.

O senador também lamentou que políticos de seu partido tenham entrado "no jogo de vaidades" de trocar farpas com o PFL através da imprensa. Isso, a seu ver, além de ser "ridículo, apenas prejudica a base de sustentação do governo no

Congresso e atinge ainda mais a imagem do Parlamento perante a opinião pública".

Na opinião de Jefferson Peres, em vez de se dedicar a esse tipo de miudezas, o PSDB "deveria se preocupar com seus problemas internos e fazer força para não se parecer com o partido que antagoniza". O senador lembrou que, nascido de uma dissidência dentro do PMDB formada por um grupo inconformado com os descaminhos desse partido, o PSDB surgiu "com uma base doutrinária e uma dimensão ética da política".

Entre os princípios programáticos, o senador salientou a defesa do parlamentarismo, a seu ver, hoje defendido de forma praticamente isolada pelo deputado Franco Montoro.

Jefferson assegurou que levará suas críticas a reuniões internas do PSDB, pois avalia que o partido deve fazer "profunda autocrítica", para restabelecer os princípios de sua origem.

A CPI dos Precatórios ouve hoje o ex-prefeito de Campinas Edivaldo Orsi, o qual deverá explicar as emissões de títulos realizadas em 1996 por aquele município. No relatório preliminar da CPI, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) diz que Campinas utilizou-se de artifícios ilegais e da orientação da equipe de Wagner Baptista Ramos (ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo) para emitir letras.

A prefeitura, segundo Requião, teria se utilizado da equipe de Ramos a fim de conseguir a autorização para emitir papéis em quantidade superior às suas reais necessidades. E teria "gasto esses recursos financeiros em aplicações distintas dos precatórios pendentes de pagamento".

Com base em informações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a CPI constatou que a prefeitura obteve uma receita líquida de R\$ 79.502.292,42 com a venda de títulos. Pagou R\$ 4.529.342,30 em precatórios, e ficou com uma verba excedente de R\$ 74.972.950,12. Outra conclusão do relator foi a de que essa verba excedente sempre esteve muito



Requião apontou artifícios em Campinas

acima dos saldos médios disponíveis na prefeitura.

Ele entende que o resultado dessa investigação deve ser en-

caminhado ao Ministério Público e ao TCE-SP, para que adotem providências. Amanhã, a CPI toma o depoimento de Celso Glioglio, ex-prefeito de Osasco, que, de acordo com o relatório de Requião, também teria superfaturado a emissão de títulos, desviando de sua finalidade os recursos obtidos com a venda dos papéis.

Na quinta-feira, deporá Darcy Accorsi, ex-prefeito de Goiânia, o qual obteve autorização para emitir papéis, mas não chegou a fazê-lo. A CPI marcou para o mesmo dia o depoimento do governador de Santa

Catarina, Paulo Afonso. A comissão ainda vai marcar a data para o depoimento do governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

## Maldaner defende governador

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou ontem de "injusta e discriminatória" a decisão que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina "está prestes a cometer contra o governador Paulo Afonso e o vice-governador José Augusto Hülse". Ele se referia à sessão que a Assembléia realizará na próxima segunda-feira (dia 30), para decidir sobre o impeachment das duas autoridades.

Na opinião de Maldaner, assim como ocorreu nos demais estados e municípios que emitiram títulos para pagamento de precatórios, a decisão sobre o assunto deveria ser remetida para o Poder Judiciário. Segundo o senador, "o governador está indo para o sacrifício como um cordeiro a caminho do holocausto".

Casildo Maldaner observou que, para o lançamento de títulos precatórios no mercado, Santa Catarina seguiu os mesmos caminhos percorridos por São Paulo, Pernambuco e Alagoas. Ele defendeu tratamento isonômico para o



Maldaner considera discriminatória decisão da Assembléia de SC

governo catarinense. "A exemplo dos demais estados e municípios que em situação semelhante vão acionar o Judiciário. Não pode haver dois pesos e duas medidas e nem discriminação sob o mesmo teto pátrio".

- A alternativa seria a via judicial, para que o caso seja analisado sob o princípio constitucional, por se tratar de um caso isonômico em que a parte essencial não deixa de ser a mesma. Só Santa Catarina será vilipendiada. Ou será que o fruto que é proibido em outros estados é pecado mortal em San-

ta Catarina? - questionou.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse não ter dúvida de que a decisão sobre "o assunto interno de Santa Catarina vai caber à Justiça". Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), após manifestar "estranheza" sobre a ameaça que paira contra o governador, disse que "a CPI do Senado, que ainda não concluiu os seus trabalhos, pode dirimir todas as dúvidas e até a questão do impeachment".

## REFORMAS



*Beni Veras deve apresentar parecer sobre as 170 emendas ao seu texto sobre a reforma da Previdência logo no começo dos trabalhos extraordinários de julho, mas avisa que não modificará a essência do substitutivo. Júnia Marise, autora de 30 alterações, deseja preservar a paridade de vencimentos*

## Relator acatará só algumas das "emendas menores"

O relator da reforma da Previdência, senador Beni Veras (PSDB-CE), informou ontem, em entrevista, que deverá apresentar no início da convocação extraordinária à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o parecer sobre as 170 emendas feitas ao seu substitutivo. Ele adiantou que acolherá algumas emendas "menores", que aperfeiçoam o texto mas não o modificam

substancialmente: "Os aspectos fundamentais do meu trabalho serão mantidos", acrescentou.

Segundo Beni Veras, as emendas encaminhadas pelos senadores à CCJ dizem respeito a todos os aspectos do substitutivo, e algumas pretendem mudar a concepção da proposta. Ele já leu todas, e revelou que, entre os temas mais abordados, estão a paridade entre ativos e inativos e

a aposentadoria especial de professores.

A expectativa do senador é a de que seu parecer sobre as emendas seja aprovado, ficando preservada, portanto, a essência do substitutivo. Depois que a CCJ votar o parecer e as emendas, o substitutivo irá a plenário, onde também poderá ser emendado. Após aprovado definitivamente pelo Senado, o texto voltará à Câmara dos Deputados.

## Pela igualdade entre ativos e inativos

A proposta de reforma previdenciária pretendida pelo governo "prejudica enormemente os aposentados, trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos", afirmou a senadora Júnia Marise (PDT-MG), que apresentou 30 emendas ao parecer do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE).

A senadora acredita que a votação da reforma da Previdência no plenário do Senado só será iniciada a partir de setembro. Ela anunciou que lutará tanto em plenário como na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para evitar prejuízos e injustiças.

Uma das emendas de Júnia Marise visa manter a paridade dos salários entre servidores da ativa e aposentados. Por essa proposta, preservam-se os direitos dos atuais aposentados e pensionistas e se estabelece que as pensões e aposentadorias serão revistas sempre que for concedido aumento ou feita alteração



Júnia defende a paridade dos salários da ativa e dos aposentados para "evitar que se cometa uma injustiça inominável"

no cargo que ocupavam quando em atividade.

- Pretendo evitar que se cometa uma crueldade inominável para com as viúvas dos servidores públicos, porque a morte do cônjuge não levará à redução proporcional das despesas - explicou.

Júnia Marise propõe que a aposentadoria integral ocorra após 30 anos de

contribuição e 48 anos de idade para mulheres. Ela quer, ainda, preservar o direito dos trabalhadores da iniciativa privada à aposentadoria proporcional a qualquer momento. A senadora também apresentou emenda garantindo a aposentadoria especial dos professores de pré-escola, primeiro e segundo graus.



Gilvam julga inaceitável a redução do poder aquisitivo dos aposentados

## Gilvam quer manter na nova Previdência os direitos adquiridos

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a paridade entre vencimentos de servidores da ativa e aposentados. "É inaceitável que o trabalhador, passados alguns anos de sua aposentadoria, venha a ter seus vencimentos defasados", disse.

Para o senador, a relação existente entre o vencimento do trabalhador da ativa e do aposentado deve ser mantida inalterada ao longo do tempo. Ele entende que o aposentado contribuiu para o sistema na expectativa de envelhecer com dignidade.

Gilvam Borges considera importante o respeito ao direito adquirido e constituído dos já aposentados e entende que se deve levar em conta o tempo de contribuição previdenciária e não o tempo de serviço.

O senador acredita que a Previdência Social tem um caráter "exclusivamente social, onde, apesar de existir um custo a ser coberto, ele não

pode ser feito através da quebra dos direitos adquiridos ou trazendo insegurança jurídica e injustiça social".

Admitir-se a ruptura de relações jurídico-trabalhistas pactuadas de forma legítima no passado, segundo Gilvam Borges, "teria como resultado mais visível uma permanente insegurança para a classe trabalhadora, agregando mais um ingrediente amargo ao quadro de desemprego estrutural com que o Brasil se defronta na atualidade".

De acordo com o senador, "não é honesto" quebrar direitos e garantias conquistados a duras penas pelos trabalhadores, para simplesmente entregar mais recursos a uma instituição que se encontra em estado de "falência crônica". Ele considera que a causa das dificuldades enfrentadas pela Previdência se deve mais à falta de capacidade de gerir o muito que ela possui do que à alegada inexistência de disponibilidades financeiras.

## REFORMAS



*Antonio Carlos Magalhães adiantou ontem que a discussão e a votação da Lei Geral das Telecomunicações constarão entre os itens importantes dos trabalhos durante a convocação extraordinária. Sua expectativa é que o Planalto envie a mensagem até sexta-feira*

## “Lei das Teles” será destaque em julho

A Lei Geral das Telecomunicações (LGT), quebrando o monopólio estatal no setor, será um dos principais temas do Congresso durante o período de convocação extraordinária, mês que vem.

Foi o que adiantou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em entrevista ontem, quando também anunciou que a mensagem presidencial determinando a convocação deverá chegar ao Senado até quinta ou sexta-feira.

Antonio Carlos Magalhães esclareceu também que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) continuarão funcionando, bem como as sindicâncias em andamento. Constarão da pauta da convocação, igualmente, todas as reformas e matérias referentes a assuntos econômicos.

O presidente enfatizou que é desejo do Senado votar a Lei Geral das Telecomunicações durante o mês de julho. A matéria, aprovada pela Câmara, chegou ontem ao Senado, e foi lida na sessão ordinária da tarde; hoje será remetida às comissões.

Sobre a repetição de roubo a caixa automático do Banco do Brasil, nas dependências da Casa, Antonio Carlos Magalhães adiantou que tomará providências severas para descobrir os culpados e pôr fim aos incidentes:

“Agora eu vou entrar duro”, afirmou. Em entrevista à imprensa, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, informou que a Polícia Federal e a Polícia Civil de Brasília estão investigando o roubo.

### Osmar defende mais rapidez nas reformas

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ontem que, em vez de ficarem disputando espaço no governo, os partidos deveriam se preocupar em apressar a votação das reformas necessárias à modernização do Estado brasileiro. Ele entende que essa mudança no comportamento parlamentar serviria até para que o eleitorado distinguisse “quem está preocupado com as verdadeiras reformas de quem está preocupado apenas em ter mais ou menos espaço no poder”.

“Enfrentar os desafios do país, com as reformas, é uma necessidade urgente do Senado e da Câmara. Sem essas reformas, fica difícil para estados e municípios saírem da crise em que se encontram. Eu

sou testemunha do empenho do presidente Antonio Carlos Magalhães em apressar essas votações e defendo que, agora, na convocação extraordinária do Congresso, possamos acelerar isso - afirmou.

Osmar Dias criticou o fato de, nos últimos dias, a imprensa ter dedicado excessivo espaço à disputa por influência no governo entre o PFL e o PSDB. Ele disse que os dois partidos têm reconhecido crédito na vitória de Fernando Henrique e nas suas propostas, mas considerou perda de tempo se ocuparem com isso, quando as reformas administrativa, previdenciária e tributária são tão urgentes para o país.

O senador referiu-se também ao estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que mediu o quanto a eco-



O senador responsabiliza também o Executivo pela lentidão do processo

nomia brasileira deixa de crescer por ano sem a aprovação das reformas. Ele disse que esses números mostram que, com as reformas, a economia brasileira se expandiria em índices perto de 7% ao ano.

Para ele, só com a reforma tributária, o PIB brasileiro cresceria 4,5% ao ano, o que traria valiosos resultados no combate ao de-

semprego e no aumento da distribuição de renda. Outro efeito seria a redução do déficit da balança comercial para apenas 0,7% do PIB. “São conquistas das quais o país não pode abrir mão e que pesam sobre deputados e senadores, mas também sobre o Executivo, que precisa encaminhar de forma mais competente esses projetos”, disse Osmar.

### Mudanças já dão frutos na malha ferroviária



O exemplo da privatização de ferrovias mostra que o caminho correto é o das reformas, para Gilberto Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) manifestou sua satisfação com os resultados que estão sendo obtidos com a privatização da malha ferroviária brasileira. A seu ver, o setor “começa a renascer depois de décadas”, principalmente porque o governo não tinha condições para modernizá-lo ou mesmo ampliá-lo.

Segundo Gilberto Miranda, a transferência da malha ferroviária para empresas particulares ressuscitou a indústria da construção e reforma de locomotivas, devendo esse segmento faturar este

ano R\$ 300 milhões, enquanto no ano passado o faturamento chegou a apenas R\$ 180 milhões.

Apesar de todo o sucesso alcançado com a privatização, o senador reconhece que muito ainda precisa ser feito nessa área para que o Brasil recupere sua participação no comércio mundial, que já foi de 1,4 por cento nos anos 80 e, atualmente, está em 0,9%. Ele acrescentou que, para isso, é preciso que haja ferrovias mais eficientes, além de portos mais baratos e impostos mais baixos.

No primeiro dia do seminário sobre o mercado comum latino-americano, promovido pelo Senado, a consultora Maria Cláudia Drummond fez ontem uma retrospectiva das principais iniciativas entre os países que compartilham um mesmo horizonte econômico

## Mercosul: as etapas da integração

O seminário Mercosul - Introdução e desenvolvimento foi aberto ontem com palestra da consultora legislativa do Senado e mestre em Relações Internacionais Maria Cláudia Drummond, que dissertou sobre "Antecedentes, criação e consolidação do Mercosul". O evento é realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, com o apoio da Diretoria-Geral da Casa. O ex-senador João Calmon, consultor do ILB, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, participaram da palestra.

Maria Cláudia explicou que a integração econômica é um processo, cujo estágio inicial é a área de livre comércio, onde os governos dos países-membros do bloco entram em entendimento para abolir as barreiras tarifárias. O passo seguinte, segundo ela, é a formação de uma união aduaneira, com a adoção de uma tarifa externa comum para os produtos importados de países estranhos ao bloco. As próximas fases são a formação de um mercado comum, a união monetária e a união



Maria Cláudia Drummond, entre João Calmon e Raimundo Carreiro Silva, proferiu, ontem, a palestra de abertura do seminário

política.

De acordo com Maria Cláudia, a origem do Mercosul remonta a um acordo de livre comércio firmado entre o Brasil e a Argentina em 1941. Em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Brasil e Argentina assinaram, em 1986, a Ata para

Integração Argentino-Brasileira, que objetivava um espaço econômico comum entre os dois países.

Em 26 de março de 1991, prosseguiu a consultoria, foi assinado o Tratado de Assunção, constituindo um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul. O acordo estabeleceu os seguintes instrumentos para a constituição de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira: programa de libera-

ção de políticas macroeconômicas e setoriais e a adoção de uma tarifa externa comum para países fora do bloco.

Maria Cláudia Drummond disse que o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17 de dezembro de 1994, inaugurou a fase de consolidação do Mercosul. Conforme afirmou, o protocolo representa um novo patamar jurídico para o bloco ao con-

ferir-lhe personalidade jurídica de Direito Internacional, o que lhe permite celebrar acordos e tratados com outros países e organismos internacionais.

O seminário sobre o Mercosul será encerrado hoje com palestra, às 15h, do chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, ministro Renato Marques.

## Mauro busca reconhecimento a Bernardo Élis



Para Mauro, o escritor goiano é comparável a Guimarães Rosa

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, que pense numa forma de homenagear o escritor goiano Bernardo Élis. Na sua opinião, "Élis é o nome ilustre que mais contribuiu para enriquecer a presença de Goiás na história da literatura brasileira, ao lado de saudosos expoentes como Carmo Bernardes e Cora Coralina".

Para o senador, Bernardo Élis "é um sertanejo de letras sensíveis e brilhantes, que não apenas escreveu estórias, mas também produziu uma grande obra de crítica social comparável em profundidade a José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Gilberto Freire

e Guimarães Rosa". Segundo frisou, com o escritor está chegando ao fim a rica escola dos sociólogos sem diploma que "fizeram os clássicos sobre a alma do povo, a opressão e as desigualdades gritantes na convivência entre o capital e o trabalho".

De acordo com o senador, esse romancista goiano é digno de todas as homenagens, pois, apesar de todo o reconhecimento público de seu patrimônio literário, não deixa de ver-se como um intelectual de província, ou tratado como tal na repercussão de sua obra. Conforme disse, Élis vive de modesta aposentadoria de três salários mínimos. "Falta-lhe, para completar a rica biogra-

fia, o reconhecimento oficial pela obra que vai perdurar sem as limitações do tempo", observou.

Mauro disse que decidiu solicitar a homenagem após ler reportagem sobre Élis no jornal *O Popular*, de Goiânia, na qual o escritor fala de seu isolamento do mercado cultural do país. Na reportagem, Élis declara: "Eu me sinto excluído, porque todo o interior do Brasil, fora o Rio e São Paulo, é excluído do mercado. Então a literatura só existe mesmo como mercado para quem mora em algum desses dois locais. Eu até consegui demais, porque cheguei à Academia Brasileira de Letras".

Dois palestras marcam hoje o início da semana de trabalho nas comissões do Senado. Na CAE, às 10h, falará o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. Na CCJ, o presidente do STF debaterá proposta de emenda do senador Ronaldo Cunha Lima

## CCJ ouve Mello sobre efeito vinculante

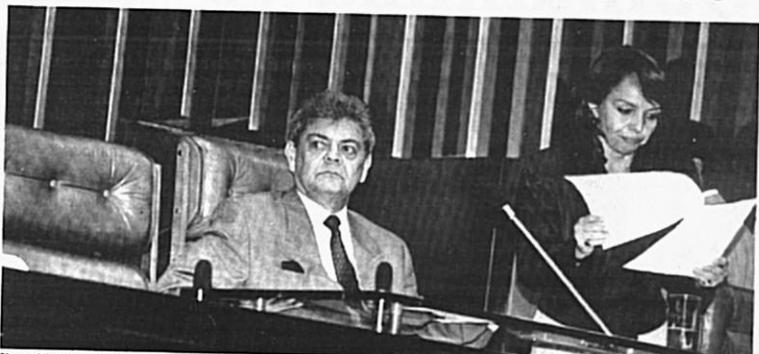
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje, às 10h, a visita do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, que fará uma exposição sobre a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que determina o efeito vinculante das decisões sumuladas do STF, para os tribunais inferiores.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), haverá, na segunda parte da reunião, marcada para as 10h, palestra do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, acerca da instrução

do projeto de lei de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras, uma linha de crédito destinada a pessoas que queiram comprar uma propriedade rural de até 30 hectares.

A CAE debaterá, antes da exposição de Jungmann, a mensagem presidencial que submete ao Senado Federal contrato entre a Caixa Econômica Federal e o governo do estado do Rio de Janeiro, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Esse empréstimo viabilizará a privatização do Banerj, suspensão desde a semana passada.

A comissão apreciará também o projeto de lei que institui



Ronaldo Cunha Lima é autor da proposta de emenda que institui o efeito vinculante nas decisões judiciais

o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual.

Será examinada ainda solicitação da prefeitura municipal de Coronel Bastos (RS) para contratar operação de crédito jun-

to à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61,35 mil, destinada à construção de unidades habitacionais.

## Em vez de prisão, serviço à comunidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto que permite ao juiz aplicar penas restritivas de direito - prestação de serviços à comunidade, entre outras - em substituição a penas privativas de liberdade iguais ou inferiores a oito anos, em regime aberto ou semi-aberto, observados os antecedentes, a culpabilidade, a conduta social, a periculosidade mínima, a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime.

Segundo a proposição, a substituição da pena só poderá ser aplicada a condenado que tiver endereço certo, apresentar periculosidade mínima, trabalhar, ter reparado

financeiramente o dano ou obtido o perdão da vítima, e houver cometido o crime sem agravantes.

Pedro Simon destaca que o sistema carcerário brasileiro já não atende às suas principais finalidades: a recuperação social do preso e a prevenção de delitos. O senador lembra que os presos, especialmente os de pouca experiência na prática de crimes, ao contrário de se recuperarem, absorvem "o conhecimento de novas técnicas de delinquir".

Segundo Simon, muito melhor do que a detenção em presídios é a abertura, aos condenados não perigosos, da possibilidade de servirem à comunidade e de se recuperarem.

## Tebet encoraja Justiça a trabalhar em mutirões

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem aos tribunais superiores que sigam o exemplo do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e façam mutirões para reduzir a quantidade de processos acumulados. O TST fez neste primeiro semestre um mutirão de três meses, convocando diariamente 10 juizes para o trabalho extra.

Tebet recebeu comunicação do presidente do TST, ministro Ermes Pedro Pedrassini, com um balanço do mutirão. Em 90 dias,

os juizes conseguiram julgar 31.869 processos trabalhistas, desafogando o tribunal. "Esperamos que o TST repita o mutirão no segundo semestre, resolvendo o problema de mais 31 mil trabalhadores e empresas."



Ramez Tebet exalta a iniciativa do TST

## Bernardo Cabral destaca posse de Américo Luz na presidência do STJ

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a posse ontem, às 15h, do ministro Américo Luz na presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sucedendo ao ministro Bueno de Souza. Conforme o senador, Américo Luz, Bueno de Souza e Luís Carlos Pontes de Alencar passam a constituir, agora, "o trio que conduzirá os destinos daquela corte".

Em seu pronunciamento, Ca-



Cabral criticou noticiário sobre suposta ausência de parlamentares em Brasília devido às festas juninas como "uma incoerência enorme por parte de quem apura os fatos".



Pedro Simon: recuperação do condenado em presídios é difícil

*Tocantins não quer mais ser tratado como "filho bastardo e deserdado", adverte senador, para quem o governo federal não repassa recursos e está tentando resolver seus problemas financeiros às custas dos estados e municípios*

## Quintanilha vê "absurdo" no FEF



Odacir Soares aponta "elementos diferenciadores" na Amazônia

### Odacir pede mais investimentos na saúde em Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) cobrou a elevação dos investimentos federais na área de saúde em Rondônia e projetos, no setor, mais apropriados à realidade da região amazônica. Esse pleito, segundo informou, foi por ele encaminhado ao ministro da Saúde, conforme sugestão feita pelo prefeito de Cacoal (RO), Divino Cardoso Campos.

Odacir Soares disse que o prefeito enfrenta obstáculos para resolver os problemas de saúde de sua cidade. Dentre eles, o senador destacou "a inadequação das políticas de saúde e respectivos programas aplicados à região e a escassez de meios com que contam os administradores municipais para investir em programas prioritários de

saúde".

Conforme a carta lida pelo senador, em Rondônia e na região amazônica há "elementos diferenciadores" que justificam alterações nas políticas de investimentos do Ministério da Saúde. Odacir citou a grande extensão de terras e o clima tropical, que aumenta o custo das ações de saúde e facilita a deterioração e contaminação de alimentos.

Segundo afirmou, o prefeito de Cacoal relaciona na reivindicação a elevada densidade pluviométrica, a falta de planejamento das cidades e o baixo investimento em saúde como motivos para as autoridades do setor de saúde "reverem os investimentos e as políticas sanitárias voltados para o Norte do país".

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) considerou ontem "um absurdo" o governo federal tentar resolver seus problemas financeiros "às custas dos estados e municípios", como, a seu ver, pretende com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

A retenção de recursos do Fundo de Participação, que integram o FEF, configura uma sangria brutal nas combalidas finanças do estado do Tocantins. As perdas impostas pelo FEF aos estados mais ricos podem representar apenas 0,06%. Mas, para estados pobres, como o Tocantins, a perda de R\$ 76,6 milhões é insustentável - disse.

Quintanilha afirmou que, além das perdas do FEF, o Tocantins não teve o mesmo tratamento dado a outros estados



Quintanilha condena contingenciamento de recursos

criados nos últimos anos, apesar de a Constituição determinar o mesmo apoio dado a Mato Grosso. Para ele, cerca de R\$ 800 milhões deveriam ter sido transferidos pela União ao Tocantins, mas até agora nenhum centavo chegou lá.

O senador lamentou que a

União venha tratando o Tocantins "com extrema parcimônia" até mesmo na liberação de dinheiro do Orçamento federal. De uma verba prevista em R\$ 20 milhões, R\$ 10,7 milhões foram contingenciados, liberando-se apenas R\$ 3,1 milhões.

É inadmissível que o Tocantins continue sendo tratado como um filho bastardo e deserdado, pois isso significa o aumento das desigualdades regionais. É preciso não esquecer que a banca do Tocantins tem-se solidificado com o governo federal, especialmente quanto às reformas constitucionais. Apela para que se exclua nosso estado da sangria do FEF - frisou.

## Alcântara alerta para o perigo de desertificação

A divulgação dos fatores que têm levado ao aumento das áreas brasileiras atingidas pela desertificação, bem como das medidas necessárias para conter o fenômeno, foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele ressaltou que esse processo vem ocorrendo no mundo todo em razão, principalmente, do uso descontrolado de agrotóxicos, do desmatamento, do emprego de queimadas, da superexploração da terra e da irrigação mal feita.

Segundo o senador, há duas áreas no Brasil que sofreram grande dano ambiental, com vários quilômetros desertificados: uma fica em Alegrete, no Rio Grande do



Alcântara atribui problema aos agrotóxicos

Sul, e a outra, em Rondônia, embora o Nordeste não esteja livre da ameaça.

- Todos os estados nordestinos apresentam áreas afetadas pelo risco de desertificação - disse o senador, que apontou dados segundo os quais a principal causa do fenômeno está na pecuária extensiva.

Alcântara afirmou que também contribuiu para a deterioração do solo a elevada densidade demográfica, aliada à estrutura fundiária, onde predomina a grande propriedade, "por implicarem um uso inadequado e intensivo da terra".